

O RISCO DA VOLTA A 1979

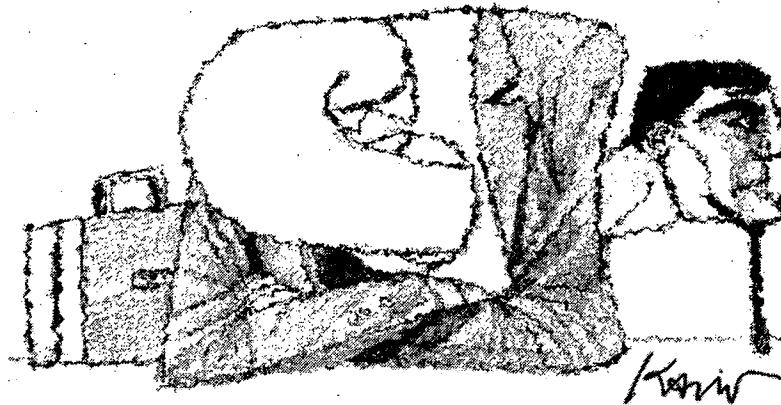
Economia - Brasil

O brasileiro sabe os problemas que a inflação traz para a sociedade. Em 1998, pode conhecer os efeitos de uma crise cambial. Comparando os dois, o professor Mário Henrique Simonsen afirmou que "a inflação machuca a economia, mas a crise cambial mata".

Desde 1979, a economia brasileira peleja com o problema do déficit público. A decisão do ministro Simonsen de combatê-lo resultou em sua demissão em agosto daquele ano. Após os fracassos das várias tentativas heterodoxas de estabilização, firmou-se o conceito de que, sem credibilidade, o governo não conseguiria implementar o ajuste fiscal. O Plano Real seguiu essa linha. Previu um magistral programa de desindexação apoiado em financiamentos externos temporários até que a credibilidade, construída pelo corte na taxa de inflação, permitisse que as privatizações e as reformas produzissem o ajuste necessário.

Os desenvolvimentos subsequentes frustraram a estratégia. O excesso de prudência antiinflacionária conduziu à valorização cambial, com excessos resultantes sobre o balanço de pagamentos. O aumento da carga tributária, entre 1993 e 1997, em 40% reais, juntamente com as expectativas de receita de privatizações e a redução de gastos com as reformas, ensejaram a leniência oficial em relação ao controle de gastos no governo federal. A folha de pagamento com servidores (ativos e inativos) passou de US\$ 19 bilhões em 1993 para US\$ 45 bilhões em 1997. A rubrica *Outros Custos e Capital* aumentou de US\$ 16 bilhões para US\$ 40 bilhões no mesmo período. Em suma, a poupança em conta

E. Felipe Ohana



corrente do setor público total (exceto estatais) caiu de R\$ 33,7 bilhões, em 1994, para um déficit de R\$ 8,7 bilhões em 1997. De forma mais apurada, caso se desconte a ilegítima arrecadação com o imposto inflacionário de 1994, a poupança do setor público caiu, em três anos, R\$ 28,3 bilhões.

A crise internacional iniciada em julho de 1997 (Tailândia), além de reduzir a liquidez no mundo, aumentou a desconfiança (o risco) sobre os países que, por desordem nas economias domésticas, tendem a necessitar de volumes crescentes de recursos externos para se manter em operação. Quanto maior o ritmo de endividamento, maiores as possibilidades de desvalorização cambial, resultando em perdas financeiras aos investidores. Uma simples aritmética consubstancia essa preocupação. Os US\$ 45 bilhões de reservas, descontando-se o compromisso de US\$ 26 bilhões com a amortização da dívida para os próximos doze meses, suportariam seis meses antes do colapso cambial. Esse é o grau de emergência do ajuste e o fundamento da desconfiança ex-

terna, que tem resultado no empacamento do crédito externo nos países mais desenvolvidos.

Além das finanças públicas, o estado de solvência do setor privado representa preocupação adicional. A reduzida taxa de crescimento dos últimos meses e as elevadas taxas de juros têm prejudicado a saúde financeira do setor, responsável por, aproximadamente, US\$ 60 bilhões da dívida externa.

De tudo isso, a boa notícia é que a escapada do colapso está sob o controle do governo. O anúncio de ajuste fiscal suficientemente forte e crível, leia-se mudança de regime, em vez de mera repressão, reduz o risco-Brasil.

O problema é exatamente a mudança de regime, que esbarra inexoravelmente em reformas constitucionais. Estão em jogo: a) o federalismo fiscal, as transferências constitucionais e a proteção da União aos governos regionais; b) a política de pessoal e o regime previdenciário; c) as políticas assistenciais e a consistência orçamentária; d) as políticas públicas e a contribuição dos beneficiários; e e) a estrutura tributária, as distorções e

a manutenção da carga fiscal. Em suma, um complexo redesenho de prioridades, que estão constitucionalmente estabelecidas.

A defesa do regime cambial com ajuste fiscal, sem a alusão às barreiras constitucionais, terá por base um ajuste repressivo nas despesas, que não deve superar 2% do PIB (R\$ 20—21 bilhões). Como a conta corrente do balanço de pagamentos precisa apontar para o equilíbrio, o superávit do setor privado terá que aumentar para algo próximo de 4% do PIB, implicando forte redução dos investimentos privados (ou seja, elevada taxa de juros). Esse é um nível de excedente privado, jamais observado no país, que traduz uma conjuntura recessiva com sérias repercussões políticas.

O que está em tela, portanto, é se as dificuldades políticas do ajuste serão encaradas "à vista", vale dizer, mediante novas iniciativas de reforma constitucional, ou "a termo", na cauda da recessão. A cultura brasileira sugere ponderação, ou seja, uma estratégia "a termo", pois sempre se pode contar com o imperscrutável fator sorte (tipo auxílio externo gratuito). Se isso acontecer, a crise fica adiada. Caso contrário, resta uma alternativa, também ponderada. Substitui-se a equipe Malan-Franco por outra mais "nacionalista", que proteja a indústria nacional com algumas barreiras (e desproteja o consumidor e a eficiência produtiva nacional) e financeie o governo com um "pouco só" de inflação. Estariam, então, voltando a 1979.

■ E. Felipe Ohana é economista da FGV—Brasília